Trabalho, terra e os instrumentos do Estado

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Relações de trabalho: do confronto ao tripartismo

As relações de trabalho que Winsemius temia tinham raízes profundas. Em 1955, Singapura registrou 275 greves, com a participação de 57.000 trabalhadores e a perda de 946.000 dias de trabalho. O governo do PAP criou um Industrial Arbitration Court (tribunal de arbitragem trabalhista), que começou a funcionar em 15 de setembro de 1960 com base na Industrial Relations Ordinance, para incentivar a negociação coletiva e resolver conflitos. O tribunal não pôs fim ao conflito. Lee Hsien Loong estimou a perda em 1961, ano em que o EDB iniciou suas atividades, em 415.000 dias de trabalho, número nunca mais superado. Stoelinga indica 116 greves e 411.000 dias de trabalho perdidos no mesmo ano.[1]

A mudança decisiva foi política. Depois da cisão no PAP e das prisões de líderes de esquerda descritas no capítulo II desta parte, o National Trades Union Congress (NTUC) tornou-se a organização sindical dominante, estreitamente aliada ao governo. Em 1965, o NTUC e o governo assinaram uma Charter for Industrial Progress (Carta para o Progresso Industrial) e um Productivity Code of Practice (Código de Conduta para a Produtividade).[2] Os sindicatos aceitaram que o bem-estar

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

de seus filiados dependia do crescimento e do investimento. O governo, por sua vez, deu ao NTUC um papel na formulação de políticas e em empreendimentos cooperativos a serviço dos trabalhadores.

O Employment Act e o Industrial Relations (Amendment) Act 1968

Em 1968, o Parlamento alterou a Industrial Relations Ordinance e promulgou o Employment Act (lei do contrato de trabalho), que entrou em vigor em 15 de agosto de 1968.[34] O cientista político Garry Rodan resumiu as principais mudanças do Employment Act. A jornada semanal padrão subiu de 39 para 44 horas, os feriados foram reduzidos de 15 para 11 por ano, e os dias de descanso e as licenças por doença também foram reduzidos. As férias anuais remuneradas ficaram limitadas a sete dias para trabalhadores com menos de dez anos de serviço, as indenizações por dispensa (retrenchment benefits) passaram a ser devidas somente após três anos de serviço contínuo, e bônus e pagamentos ex gratia foram substancialmente limitados.[5] A alteração da legislação sobre relações de trabalho retirou da negociação coletiva matérias como promoção, transferência, demissão e dispensa por redução de pessoal, reservando-as à administração da empresa. A seção 18(2) do Industrial Relations Act 1960 ainda proíbe que um sindicato inclua tais matérias em suas propostas de acordo coletivo.[6]

Os sindicatos apoiaram a legislação. Lee Hsien Loong explicou mais tarde que o Employment Act "varreu as rigidezes das antigas leis trabalhistas" e deu aos empregadores liberdade para contratar e demitir, ao mesmo tempo que promoveu o crescimento e, com isso, maior segurança no emprego. As ações de greve praticamente desapareceram. Em 1968 foram registradas quatro greves, com 19.959 dias de trabalho perdidos, e nenhuma em 1969. O Industrial Arbitration Court atribui a paz laboral do final da década de 1960 ao seu próprio trabalho, à legislação de 1968 e a uma relação cooperativa entre sindicatos e empregadores facilitada pelo governo.[7]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O preço dessa paz deve ser registrado. Os trabalhadores abriram mão de benefícios conquistados na década de 1950, e a independência dos sindicatos foi drasticamente restringida. Rodan e outros críticos descrevem o período como uma fase em que o Estado disciplinou o trabalho no interesse do capital estrangeiro. Os defensores respondem que o rápido crescimento do emprego trouxe aumento da renda real em uma década. As duas leituras coincidem quanto ao resultado para os investidores: um mercado de trabalho em que as greves eram raras e os custos salariais, previsíveis.

O National Wages Council

O pleno emprego criou um novo problema. À medida que o desemprego caía, o governo temia que a negociação descentralizada provocasse uma explosão salarial capaz de afastar investimentos. Depois que o ministro das Finanças Hon Sui Sen sondou líderes sindicais e empresariais sobre um fórum tripartite em 1971, o National Wages Council (conselho nacional de salários) foi criado em 7 de fevereiro de 1972. Trabalhadores, empregadores e governo nomeavam três representantes cada, sob um presidente independente.[8] Seu primeiro presidente, o economista Lim Chong Yah, ocupou o cargo até 2001 e atribuiu a ideia a Winsemius, que Stoelinga remonta ao Conselho Social e Econômico holandês.[9]

O Conselho emite anualmente diretrizes sobre reajustes salariais que não são juridicamente vinculantes, embora o setor público e a maior parte do setor sindicalizado as sigam. Uma pesquisa do Ministério do Trabalho de outubro de 1979 constatou que 489.000 empregados abrangidos pela negociação coletiva, 83% da força de trabalho, haviam se beneficiado diretamente das recomendações daquele ano. Em 1979, o Conselho usou sua influência no sentido oposto. Sua "política salarial corretiva", com grandes aumentos de 1979 a 1981, destinava-se a empurrar a economia para atividades intensivas em qualificação e de maior valor agregado.[10] A política salarial tornou-se, assim, um instrumento de política industrial.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Desapropriação de terras e habitação pública

A terra era o segundo insumo escasso. No início da década de 1960, o Estado possuía menos da metade das terras de Singapura.[11] O governo alterou o regime da desapropriação em uma série de etapas. Em 1963, Lee Kuan Yew expôs os princípios na Legislative Assembly (Assembleia Legislativa): ninguém deveria obter um ganho inesperado em razão de um desenvolvimento feito à custa do erário, e a terra necessária para fins públicos não deveria custar mais do que valeria se o governo não tivesse planejado o desenvolvimento da área.[12]

O Land Acquisition (Amendment No. 2) Bill de 1964 tornou-se, após a independência, o Land Acquisition Act 1966 (lei de desapropriação). Ele introduziu valores fundiários "congelados" (pegged) como base da indenização. Mais tarde, o valor passou a ser fixado em 30 de novembro de 1973 ou na data da notificação, o que fosse menor. A data de referência só começou a ser atualizada a partir de 1988. A indenização abaixo do valor de mercado reduziu drasticamente o custo dos projetos públicos. Em 2007, o ministro da Justiça reconheceu que as disposições restritivas sobre indenização haviam tornado acessíveis ao Estado as novas cidades do HDB, o Jurong Industrial Estate, o aeroporto de Changi e o MRT. A alteração daquele ano voltou à indenização pelo valor de mercado na data da desapropriação.[13]

A habitação pública completou a política fundiária. O Housing and Development Board (HDB), criado em fevereiro de 1960, construiu 54.430 apartamentos até 1965.[14] A habitação eliminou as favelas que haviam chocado os observadores em 1959 e deu aos trabalhadores um interesse na estabilidade política. Também vinculou o mercado imobiliário ao Central Provident Fund, que a Parte D examina como fonte de poupança nacional. Para a estratégia industrial, a combinação de terras desapropriadas e habitação pública significava que as fábricas e os trabalhadores que nelas atuavam podiam ser instalados onde os planejadores escolhessem.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Equívoco comum

Singapura é frequentemente descrita como uma economia de laissez-faire que teve sucesso porque o Estado deixou os mercados em paz. A história do EDB aponta em outra direção. O Estado escolheu os setores, construiu os distritos industriais, possuía a maior parte das terras, financiou projetos por meio de seu próprio banco, negociou isenções fiscais temporárias empresa por empresa e moldou os salários por meio de um conselho tripartite. O que Singapura evitou foi o protecionismo e a propriedade estatal da indústria como um fim em si mesmo. Seus mercados estavam abertos ao capital estrangeiro, o que explica a persistência da imagem de livre mercado. Ainda assim, foram concebidos e mantidos pelo Estado.

Notas

1. Industrial Arbitration Court, "History" (iac.gov.sg, acesso em novembro de 2026): "In 1955, there was a high of 275 strikes, involving 57,000 workers, and a record loss of 946,000 man-days."; Industrial Arbitration Court, "History", op. cit.: o tribunal começou a funcionar em 15 de setembro de 1960; o objetivo da legislação era "the encouragement of collective bargaining with a view to the free negotiation of collective agreements"; discurso do BG Lee Hsien Loong, 1º de agosto de 1991, op. cit., p. 5: "In 1961, when EDB began, 415,000 man-days were lost through strikes and street riots"; F. Stoelinga, *Albert Winsemius*, op. cit., p. 337, citando o National Day Broadcast do primeiro-ministro de 1969. ↩
2. Wikipedia, "Labour movement of Singapore" (acesso em novembro de 2026): "In 1965, NTUC and the government signed a Charter for Industrial Progress and a Productivity Code of Practice." ↩
3. Employment Act 1968, "In operation from 15 August 1968", conforme reproduzido em lawplayer.com a partir do Singapore Statutes Online (acesso em novembro de 2026). ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

4. Consta que o Industrial Relations (Amendment) Act 1968 entrou em vigor no mesmo dia; NLB Infopedia, "Industrial Relations (Amendment) Act" (SIP_2014-07-07_133856). ↩
5. Garry Rodan, *The Political Economy of Singapore's Industrialization*, p. 92, conforme citado em F. Stoelinga, *Albert Winsemius*, op. cit., p. 337. ↩
6. F. Stoelinga, *Albert Winsemius*, op. cit., p. 337: os empregadores obtiveram maior responsabilidade sobre promoção, demissão, dispensa por redução de pessoal e outras mudanças internas; Industrial Relations Act 1960, seção 18(2)(a)–(f), conforme reproduzido em lawplayer.com a partir do Singapore Statutes Online (acesso em novembro de 2026): promoção, transferência, contratação de pessoas para preencher vagas, rescisão por motivo de excedente de pessoal ou reorganização, demissão e reintegração, e atribuição de funções. ↩
7. Discurso do BG Lee Hsien Loong, 1º de agosto de 1991, op. cit., p. 7; F. Stoelinga, *Albert Winsemius*, op. cit., p. 337, citando o National Day Broadcast do primeiro-ministro de 1969 e a exposição do National Archives *Singapore: The Story of an Economic Miracle*; Industrial Arbitration Court, "History", op. cit.: "The late 1960s saw a climate of growing industrial peace.". ↩
8. Kim Seah Teck Kim, "Singapore's National Wages Council", op. cit., p. 52–53, citando o discurso de Hon Sui Sen noticiado no *Straits Times* de 19 de junho de 1971: "the National Wages Council (NWC) was established on 7 February, 1972. Labour, management and the Government each had three representatives in the NWC, which was chaired by an independent chairman." ↩
9. F. Stoelinga, *Albert Winsemius*, op. cit., p. 16 e 386–387, citando Lim Chong Yah, *Singapore's National Wages Council: An Insider's View*, Singapura, 2013, p. 4: "The man who suggested this organization is called Dr. Albert Winsemius"; "I was its nurse-maid and hand-maiden for nearly 30 years (1972-2001)." ↩
10. Kim Seah Teck Kim, "Singapore's National Wages Council", op. cit., p. 53; 1981 NWC Recommendations, 13 de maio de 1981, par. 1.1, reproduzidas em Kim Seah Teck Kim, "Singapore's National Wages Council", op. cit.: a política

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

salarial corretiva foi "recommended in 1979 as a part of the overall strategy to shift the economy to skill-intensive, middle technology and higher value-added industries and services". ↩

11. A propriedade estatal de cerca de 44% das terras em 1960, chegando hoje a cerca de 90%, é amplamente citada (p. ex., por Sock Yong Phang e por Khoo Teng Chye, do Centre for Liveable Cities, que indica mais de 85% em 2007). ↩

12. Tan Sook Yee, "Is There Any Pointe?" [2003] SJLS 262, p. 264, citando Lee Kuan Yew, *Official Report, Legislative Assembly Debates*, v. 22, 1963, col. 652–653. ↩

13. Tan Sook Yee, "Is There Any Pointe?", op. cit., p. 264–265: o Bill de 1964, que se tornou o Land Acquisition Act 1966, "introduced the method of 'pegged' land values as the basis of compensation"; posterior data de referência em 30 de novembro de 1973; atualização gradual da data de referência a partir de 1988 e data de referência em 1º de janeiro de 1995 para terras desapropriadas a partir de 27 de setembro de 1995; Ministry of Law, Second Reading Speech on the Land Acquisition (Amendment) Bill do vice-primeiro-ministro S Jayakumar, 11 de abril de 2007, par. 2, 4 e 7 (mlaw.gov.sg, acesso em novembro de 2026). ↩

14. Wikipedia, "Housing and Development Board" (acesso em novembro de 2026): o HDB foi criado em fevereiro de 1960; até 1965, "54,430 flats had been built". ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.